

Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação

Late adoption: adopters' perceptions of the initial period of adjustment

Amanda Bicca

Psicóloga do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Travessa Sílvio Roman, 45, 89700-000, Concórdia, SC, Brasil. amandabicca@tjsc.jus.br

Luciana Suárez Grzybowski

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Rua Sarmento Leite, 245, sala 207, 90050-170, Porto Alegre, RS, Brasil. lucianasg@ufcspa.edu.br

Resumo. O período de adaptação, em uma adoção, traz algumas características próprias, que geram desafios para a família. Nas adoções de crianças com idade acima de dois anos, tal período pode se apresentar ainda mais complexo, sendo sua superação fundamental para o êxito da adoção. Dessa forma, foi realizado um estudo com três casais que realizaram adoção de crianças com mais de dois anos de idade, com o objetivo de conhecer sentimentos, percepções, dúvidas, anseios, dificuldades e alegrias vivenciadas nos primeiros tempos de convivência das famílias constituídas pela adoção. Nesses casos de adoção tardia, a análise das entrevistas com os casais revelou que muitos fatores contribuíram para o sucesso da adaptação inicial e da adoção como um todo, com destaque para as características dos adotantes e das crianças. Da parte da criança, mostrou-se positivo o fato de ela já saber de sua história de adoção e de ter consciência do rompimento com a família de origem. Em relação aos adotantes, os aspectos facilitadores foram a flexibilidade em relação às peculiaridades da adoção de crianças maiores e o respeito às suas características, sua capacidade de demonstrar afeto, a postura de naturalidade em relação à adoção, a inserção da criança nas atividades sociais da família e o apoio da família extensa. Não foram referidos pelos entrevistados fatores dificultadores da adaptação em si, mas os casais citaram a demora para a concretização da sentença de adoção como fator gerador de ansiedade. O estudo mostrou uma faceta positiva da adoção tardia, evidenciando o potencial de viabilidade e o êxito nessas situações.

Palavras-chave: adoção tardia, família, adaptação.

Abstract. The adjustment period in an adoption has some characteristics that pose challenges for the family. In the adoption of children over two years, this period may be even more complex, being key to a successful adoption. A study was conducted with three couples who adopted children over two years old, aiming to understand feelings, perceptions, doubts, anxieties, joys and difficulties experienced in the early days of cohabitation in the families formed by adoption. In these cases of late adoption, the analysis of interviews with couples revealed that many factors contributed to the success of the initial adaptation and of the adoption as a whole, highlighting the

characteristics of adopters and children. On the child's part, some aspects proved to be positive: knowing their adoption story in advance and being aware of the break with the family of origin. Regarding adopters, the facilitating factors were flexibility in relation to the peculiarities of adopting older children and respect to their characteristics, their ability to show affection, the attitude in relation to adoption, the inclusion of the child in the family's social activities and support from the extended family. There were no complicating factors mentioned by the respondents about adaptation itself, but couples cited the delay in the implementation of the judgment of adoption as a factor generating anxiety. The study showed a positive facet of late adoption, demonstrating the potential feasibility and success in these situations.

Keywords: late adoption, family, adaptation.

A adoção consiste no mecanismo legal que propicia à criança ou ao adolescente a inserção de forma integral em uma nova família, adquirindo condição de filho, com caráter irrevogável. Ela é a possibilidade de garantir o direito à convivência familiar após o esgotamento de todas as outras possibilidades de permanência na família de origem. Assim, a adoção se constitui no ponto de partida para uma nova fase na vida do adotando, a partir da vinculação com a família adotiva. Com isso, surgem transformações sociais e emocionais e, consequentemente, um aprimoramento na imagem que tem de si próprio e do mundo (Fonseca, 2002; Schettini Filho, 2009; Vargas, 2006).

Quando a idade desse adotando é superior a dois anos de idade, ela é, usualmente, denominada 'adoção tardia' (Paiva, 2004; Weber, 2004). Em debates sobre o tema tem-se utilizado também o termo 'adoção de crianças maiores', numa tentativa de afirmar que não existe um tempo exato ou adequado para a adoção, ou mesmo que possa parecer 'tarde demais'. No entanto, optou-se por utilizar, neste trabalho, o termo 'adoção tardia', por ser amplamente utilizado na literatura científica da área, bem como em textos técnicos e jurídicos, incluindo a Lei da Adoção (Brasil, 2009), o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

No Brasil, o índice de pretendentes à adoção que desejam adotar crianças maiores de dois anos é bastante reduzido. Segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNJ, 2014), dos cerca de 27.363 pretendentes cadastrados, 41% colocam como limite máximo de idade para a criança pretendida um ano de idade, 54% estabelece três anos como limite e apenas 5% aceita crianças com até 10 anos, sendo que, acima dessas faixas etárias, inexistem candida-

tos. Por outro lado, das 4.791 crianças disponíveis para adoção no país, 53% apresentam idade superior a 10 anos, 26,8% se encontram na faixa entre cinco e dez anos, 12% apresentam idade entre um e cinco anos e somente 1,2% estão com menos de um ano de idade.

Observa-se, a partir desses dados, que a ampla maioria dos pretendentes à adoção preferem crianças até 3 anos de idade, mas as crianças disponíveis estão concentradas na faixa etária dos 5 aos 10 anos ou mais (CNJ, 2014). Assim, verifica-se a existência de uma grande discrepância entre as necessidades das crianças que aguardam a inserção em uma família e os desejos dos candidatos à adoção, que parecem não apresentar disponibilidade ou não se considerar preparados para realizar uma adoção tardia, adoção esta ainda permeada por muitos mitos e fantasias (Schettini *et al.*, 2006).

Devido a essas dissonâncias, diversas iniciativas estão sendo tomadas para incentivar a adoção tardia. A Lei 12010/09 (Brasil, 2009), conhecida como 'Lei da adoção', buscou acelerar o processo de adoção no país, bem como qualificá-lo. Destaca-se a alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), no seu artigo 197 - C § 1º, tornando obrigatória, para todos os pretendentes à adoção, a participação em programa de preparação psicossocial e jurídica. A Lei expressa que, no referido programa, entre outros tópicos, deve ser incluída a discussão e o estímulo a adoções tardias, de crianças com necessidades especiais, portadoras do vírus HIV, grupos de irmãos e interracialis. Da mesma forma, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) preconiza o estímulo às adoções de crianças em faixas etárias mais avançadas e de adolescentes, com o objetivo de possibilitar adequada convivência

familiar e comunitária. Além disso, tem crescido progressivamente o número de GEAs (Grupos de Estudos e Apoio à Adoção), organizações que têm por objetivo apoiar e esclarecer os pretendentes à adoção, bem como os que já adotaram. Esses grupos trazem, também, como um de seus objetivos, favorecer as categorias descritas acima, incluindo a adoção tardia (Angaad, 2012).

Nos casos de concretização de uma adoção tardia, é necessário um período de adaptação para o seu êxito. A partir do momento em que os pretendentes à adoção assumem a guarda, para fins de adoção de uma criança ou de um adolescente, inicia-se o período denominado estágio de convivência, que perdura até o momento em que a sentença de adoção é homologada. A duração deste período depende de determinação judicial e pode ser prorrogada por sugestão da equipe técnica que o acompanha (Brasil, 1990). Nesse período, é recomendável que haja um acompanhamento técnico, com o objetivo de fornecer suporte ao agrupamento familiar nas possíveis dificuldades e nos desafios que poderão surgir. Assim, o período de estágio de convivência é de crucial importância para o desenvolvimento dos laços de afetividade entre adotando(s) e adotante(s) (Paiva, 2004).

A produção de pesquisas que abordam essas vivências no decorrer desse período de adaptação é escassa. Costa e Rossetti-Ferreira (2007) pesquisaram os processos de construção da maternidade e paternidade em situações de adoção tardia por meio de um estudo de caso com um casal que adotou duas crianças com idade superior a quatro anos em diferentes momentos do estágio de convivência. Ao final da pesquisa, os autores concebem o estágio de convivência como um período frágil, no qual os vínculos estariam sendo construídos e a possibilidade de devolução estaria constantemente presente. Na adoção tardia, o estágio de convivência traria algumas características peculiares, pois o adotando já apresenta postura ativa, interferindo na dinâmica familiar de forma mais intensa, além de já apresentar vivências anteriores que repercutem no seu estilo de viver, aprender, sentir e pensar. Assim, o período de estágio de convivência nas adoções tardias seria marcado por maiores desafios, sendo necessária constante articulação entre as necessidades e os desejos da criança ou do adolescente e dos pais ou demais membros do grupo familiar. A pesquisa ressalta, ainda, a importância de um acompanhamento pós-adoção adequado às necessidades dessa família.

Em pesquisa cujo tema foi a construção da identidade nas famílias adotivas, Schettini *et al.* (2006) ressaltam a relutância dos pretendentes à adoção em aceitar crianças com idade superior a dois anos por temerem a existência de traumas derivados de suas vivências com a família biológica ou nos programas de acolhimento e acreditarem que tais crianças poderiam ter maiores dificuldades em estabelecer vínculos com a família adotiva. Os autores ressaltam a necessidade de os pais adotivos conseguirem ajudar o filho a integrar a vivência prévia com a família biológica à sua história de vida, permitindo ao filho a valorização daquela etapa de sua vida. Tal abertura dos adotantes à história de vida da criança seria fundamental para a adequada adaptação da família.

Diversos autores citam características consideradas comuns no período de adaptação da criança à nova família. Vargas (1998) cita como pontos comuns apresentados pelos adotantes no início da adaptação: comportamentos regressivos, agressividade, ritmo de desenvolvimento global bastante acelerado, esforço da criança para se identificar com as novas figuras parentais, enfrentamento do preconceito social e necessidade de preparação e acompanhamento específico no processo. Schettini Filho (2009) também traz essas características como inerentes ao processo de adaptação e ressalta que as alterações de comportamento apresentadas pelo adotando expressam o que se passa na sua intimidade.

Além das características já citadas, diversos autores (Otuka *et al.*, 2013; Reppold e Hutz, 2003; Sasson e Suzuki, 2012; Schettini Filho, 2006) referem reações de desconforto por parte da criança, as quais não devem ser interpretadas, necessariamente, como inadaptabilidade ou rejeição, pois, muitas vezes, refletem a busca de acolhimento para a construção de novos vínculos afetivos. Comportamentos de indiferença, lentidão na maturação e recusa em aprender, também possíveis de ocorrer, podem significar tentativas de proteção contra um novo abandono. Muitas vezes, a criança direciona aos pais adotivos agressões relacionadas aos genitores, o que pode gerar mágoas, tanto nos pais, quanto na criança. Em alguns casos, as dificuldades no período crítico de adaptação podem gerar intensa frustração, colocando em risco o processo de vinculação afetiva se não houver um acompanhamento adequado.

Também as características dos adotantes são relevantes neste processo de vinculação. Estudos envolvendo características comuns

dos adotantes de crianças maiores (Ebrahim, 2001; Otuka *et al.*, 2012; Sasson e Suziki, 2012) apontam aspectos como altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. Os autores descrevem o altruísmo como um comportamento voltado ao atendimento das necessidades alheias, sem a espera de benefícios advindos de seus atos. A maturidade seria a resultante da interação entre traços psicológicos, biológicos e sociais e estaria relacionada ao equilíbrio entre o autoconceito e as mudanças de papel. Já a estabilidade emocional seria definida como capacidade de tolerar frustrações, enfrentando as condições insatisfatórias de forma realista, constante e equilibrada. Os autores citam, ainda, como características comuns dos adotantes de crianças maiores, um nível sócio-econômico superior e a presença de filhos biológicos.

Sólon (2006), em pesquisa realizada com crianças adotadas depois dos dois anos de idade, critica as concepções deterministas segundo as quais a criança que é inserida tardiamente em uma família substituta teria seu desenvolvimento prejudicado, trazendo a reflexão sobre aspectos históricos e culturais envolvidos em cada adoção. A autora salienta, ainda, que o desconhecimento sobre o passado dos filhos e a disponibilidade insuficiente para escutá-los seriam fatores complicadores no processo de adaptação entre a família e a criança. Nesse sentido, Segalin (2013) aponta o período de adaptação entre a criança e a família adotiva como um momento significativo para todos os envolvidos, mas que demanda aprendizado de novos papéis e reorganização de aspectos como rotina, espaço físico e orçamento doméstico. Em seu estudo, a autora aponta a importância do tempo de convívio entre pais e filhos nesse período, ressaltando a importância da licença maternidade como meio facilitador da adaptação.

Com base no exposto, identifica-se de grande relevância a realização de pesquisas sobre as particularidades desse período de adaptação, de forma a produzir subsídios para a atuação de profissionais que lidam com famílias em processos de adoção, diminuindo a incidência de 'devoluções'. Além disso, estudos neste campo contribuem para desmistificar preconceitos e mitigar fantasias a partir do conhecimento da realidade vivida por famílias adotantes de crianças maiores. Assim, com a presente pesquisa, buscou-se conhecer sentimentos, percepções, dúvidas, anseios, dificuldades e alegrias vivenciadas nos primeiros tempos de convivência das famílias constituídas pela adoção tardia.

Método

Participantes

Os participantes da pesquisa foram três casais, residentes em uma comarca da região oeste de Santa Catarina, escolhidos aleatoriamente entre aqueles que realizaram adoções de crianças com idade superior a dois anos de idade no período de 2009 a 2011.

Instrumentos e procedimentos

Por meio de consulta aos processos de adoção da Vara de Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude do Fórum de uma comarca da região oeste de Santa Catarina, foram selecionados 3 casais que adotaram crianças com mais de dois anos de idade. Optou-se por escolher casais que se inscreveram para adoção antes da nova lei da adoção, evitando que tivessem sido avaliados ou acompanhados pela pesquisadora. A metodologia empregada foi o estudo de casos múltiplos (Stake, 2000), sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas (Kidder, 1987; Gaskell, 2002) com cada casal nas residências dos participantes. A entrevista abordou, principalmente, o tempo transcorrido desde a adoção, a idade da criança ao ser adotada, reações à chegada da criança, desafios encontrados durante o período de adaptação, sentimentos associados, fatores facilitadores, fatores dificultadores, avaliação geral da experiência e sugestões. Todos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição e análise. Após o término da pesquisa, foi realizado novo contato com os participantes para devolução dos resultados encontrados. A pesquisa orientou-se pelos preceitos éticos recomendados pela Resolução 196/96 (CNP, 1996), iniciando-se a coleta após a aprovação do CEP da Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC - Unochapecó (Protocolo 034/2012).

Procedimentos de análise dos dados

Os relatos obtidos nas entrevistas foram analisados por meio da análise do conteúdo clássica (Bauer *et al.*, 2002) a partir das variáveis explicativas do fenômeno da adoção tardia encontradas na literatura pesquisada: expectativas dos adotantes X características dos adotandos (Reppold e Hutz, 2003; Schettini *et al.*, 2006; Costa e Rossetti-Ferreira, 2007);

relação dos adotantes com a história de vida e o passado do adotando (Schettini *et al.*, 2006; Sólón, 2006); processo de adaptação - tempo, ritmo, características, mudanças e peculiaridades - (Vargas, 1998; Otuka *et al.*, 2013; Reppold e Hutz, 2003; Sasson e Suzuki, 2012; Schettini Filho, 2006, 2009); características dos adotantes (Ebrahim, 2001; Otuka *et al.*, 2012; Sasson e Suzuki, 2012); formação e consolidação do vínculo afetivo (Otuka *et al.*, 2013; Schettini Filho, 2006; Segalin, 2013; Vargas, 1998). Inicialmente, realizou-se uma análise por caso (vertical) com posterior integração entre os achados (horizontal), visando uma análise que englobasse aspectos particulares e comuns entre os participantes da pesquisa.

Resultados e discussão

Os resultados encontrados nas entrevistas são apresentados, inicialmente, de forma sucinta e separada por cada caso. Após essa exposição, apresenta-se sua discussão e sua análise integrada. Ressalta-se que todos os nomes são fictícios, preservando o anonimato dos participantes.

Apresentação dos casais

Casal 1: Ana e Daniel

Ana e Daniel, empresários do ramo da eletrônica, estão casados há 17 anos. Em 2008, inscreveram-se no cadastro de pretendentes à adoção para crianças com idade de 0 a 4 anos, de cor branca ou mulata, sem irmãos e saudáveis.

A opção pela adoção deveu-se ao quadro de infertilidade apresentado por Daniel. O casal havia realizado uma tentativa de fertilização *in vitro*, sem sucesso, cinco anos antes da inscrição. Afirmaram não terem realizado outras tentativas no intuito de evitar maiores frustrações. Após um ano de espera, adotaram Mário, com três anos, na mesma comarca onde residem. A criança estava em programa de acolhimento há dez meses. O estágio de convivência foi acompanhado por assistente social.

O casal refere como primeiro *desafio apresentado* as modificações na rotina surgidas com a chegada da criança. Os entrevistados ressaltaram o fato de terem vivido bastante tempo sozinhos como um *fator potencialmente dificultador* da adaptação à vinda de um novo membro no grupo familiar. Ana e Daniel citaram como principal modificação nessa rotina o tempo diário dedicado ao trabalho, já que

ela precisou diminuir pela metade sua carga horária para se dedicar aos cuidados com o filho. Outro *desafio encontrado* foi a preocupação com os problemas de saúde apresentados pelo menino, sem maior gravidade, mas que dispensaram certa atenção, sendo algo até então desconhecido do casal. As características e os comportamentos da criança são apontados pelos sujeitos como *fator central para o sucesso da adaptação*.

A idade da criança foi apontada como *fator facilitador da adaptação entre a criança e a família*, pelo fato de ele já apresentar certa compreensão da adoção e ter sido aparentemente 'preparado' para isso. O momento em que Mário chamou Daniel de pai pela primeira vez, durante a aproximação, teve destaque em suas falas. O entrevistado discorreu sobre esse momento como sendo uma abertura para que ele assumisse seu novo papel.

O casal demonstrou satisfação em relação à concretização da adoção, referindo-se a ela como o preenchimento de um vazio e a complementação da família. Como *sugestão*, citaram a possibilidade de haver troca de experiências entre adotantes e pretendentes à adoção.

Casal 2: Adriana e Luciano

Adriana e Luciano, comerciantes, estão casados há 17 anos. No ano de 2007, após realizarem algumas tentativas sem sucesso de fertilização *in vitro*, devido a uma obstrução tubária apresentada por Adriana, optaram pela adoção. Um casal de amigos dos entrevistados estava com uma criança sob guarda. Através desse casal, Adriana e Luciano tomaram conhecimento da existência do irmão da referida criança, João, que contava com dois anos e meio. João estava, na época, aos cuidados da avó, que não desejava mais exercer sua guarda. Os pais do menino, por sua vez, não se encontravam em condições de exercer as funções parentais, de modo que concordaram que Adriana e Luciano postulassem a guarda da criança.

Logo após obterem a guarda pelas vias judiciais, o casal instaurou processo de adoção, concomitante à destituição do poder familiar, sendo que os pais biológicos de João consentiram com a entrega do menino ao casal na modalidade de adoção. Ao todo, João está com a família há seis anos, com adoção formalizada há cerca de dez meses. A criança mantém contato com a irmã biológica, atualmente adotada pelo casal de amigos de seus pais.

É necessário observar que essa adoção não ocorreu conforme o previsto na legislação brasileira, pois o casal não estava inscrito no cadastro de pretendentes à adoção. Sendo assim, não houve estágio de convivência propriamente dito e o casal teve contato com profissionais forenses somente no momento das avaliações para a regularização da adoção. Assim, essa adoção caracterizou-se como adoção *intuitu personae*, sendo essa modalidade de adoção aquela nas quais os pais biológicos entregam o filho diretamente aos adotantes, com comprovados vínculos de afeto ou quando os adotantes já possuem guarda legal da criança há tempo suficiente para a construção de vínculos de afeto, estando a criança com mais de três anos de idade.

Como *reações iniciais* à chegada de João, o casal citou a necessidade de adquirir itens de alimentação, vestuário e brinquedos adequados à sua necessidade. Nas suas falas, não foi ressaltado o impacto financeiro disso, mas as inseguranças em relação às escolhas relativas a tais necessidades. A preocupação com a saúde da criança também foi item destacado, já que João chegou em estado de desnutrição, atraso no desenvolvimento e certa fragilidade inicial em seu estado geral de saúde. O casal relatou que qualquer sintoma apresentado despertava neles grande angústia em conhecer sua causa. Adriana e Luciano declararam ter se preocupado que a criança pudesse apresentar algum problema de saúde de ordem hereditária, por não conhecerem seu histórico familiar. O casal referiu, ainda, preocupação com que João se sentisse aceito e inserido no grupo familiar desde o início. Ressalta-se que esse casal, dentre os entrevistados, foi o único que se referiu ao temor de que a criança pudesse ter trazido alguma doença de ordem genética. Provavelmente, tal temor esteja relacionado ao fato de as etapas iniciais da adoção terem sido realizadas fora das esferas legais. Sendo realizada informalmente, o casal não teve acesso às informações a respeito do histórico da criança e de sua família de origem, propiciando o surgimento de medos e angústias relacionados a essas características.

O *principal desafio encontrado* na adaptação desse grupo familiar foi a dificuldade de vinculação de João com Adriana no início da convivência. Eles relataram que o menino, inicialmente, identificou-se apenas com Luciano, desejando que ele se responsabilizasse por seus cuidados e chegando a manifestar algumas atitudes de rejeição direcionadas à mãe.

Com o passar do tempo, Adriana conseguiu estabelecer relação de confiança com o filho. Importa salientar que, em momento algum de suas falas, o casal atribuiu culpa à criança por esse comportamento. Ao contrário, os entrevistados buscaram, nas poucas informações que conseguiram colher acerca de sua história, algumas justificativas para essa rejeição inicial, como o fato dele ter convivido apenas com o pai, desconhecendo a relação de mãe e filho. É possível que a criança estivesse se protegendo da possibilidade de novo abandono. Assim, as atitudes de Adriana, em permitir que o filho fosse desenvolvendo, aos poucos, a confiança necessária, permitiu o gradual estabelecimento da vinculação afetiva.

Foram relatados comportamentos de acolhimento e disponibilidade para a construção do vínculo, compreendendo que, para o sucesso da adoção, é necessário que haja uma adaptação de todos os membros da família e não apenas da criança. Como exemplo disso, pode-se citar o fato de Adriana ter diminuído a sua carga de trabalho pelo intervalo de um ano, conseguindo permanecer um período diário com o filho.

Em relação aos *fatores facilitadores* do processo de adaptação, o casal citou, primeiramente, a forma natural com que lidaram com a adoção, observando que sua abertura às características da criança teria permitido que ele se inserisse com facilidade naquele núcleo familiar. Verificou-se, em seu discurso, real aceitação das qualidades da criança, sem cobranças para que se adequasse aos hábitos e gostos da família. Concomitante a isso, percebeu-se atitude de respeito às informações que ele trazia sobre sua origem e sua história de vida, demonstrando aceitação da criança como realmente é e facilitando sua integração na nova família. Exemplos disso foram constatados com o fato de o pai se oferecer para ir buscar fotos de quando João era bebê em sua família de origem ao se deparar com a curiosidade do menino nesse sentido. Outro momento em que isso ficou claro foi em conversa sobre o time de futebol para o qual o pai torce, em contraponto ao time de preferência do genitor de Pedro: João – “Pai, sabe, não vai ficar brabo, pai. Pai, o meu outro ex-pai, lá, ele torcia pelo Inter. Entendeu? (risos)”. Luciano: - “João..., fica à vontade, se quiser torcer para o Inter, torce, não tem problema, não tem motivo, o pai é do Grêmio, mas você escolhe o time”. João – “Não, pai, eu sou do Grêmio, pai”. Este diálogo demonstra claramente a segurança do adotante quanto à relação de parentalidade,

o que faz como que ele se permita agir de modo aberto e flexível, facilitando a expressão emocional do filho.

O apoio e participação de familiares e amigos também foram apontados como importante para o processo de adaptação. Os entrevistados relataram que, desde o início, receberam constantes visitas de amigos e familiares com filhos, permitindo o entrosamento da criança com seus pares e obtendo apoio externo frente aos desafios encontrados. Entre os casais que mantinham contato frequente neste período estão os pais por adoção da irmã biológica de João. Observou-se que, provavelmente, este amplo apoio social externo, de alguma forma, tenha suprido a ausência do acompanhamento profissional durante os primeiros tempos da convivência. Por outro lado, Luciano, em suas falas, admitiu ter vivenciado situações de preconceito social relacionado à adoção.

A idade da criança também foi citada pelo casal como *fator facilitador* para a adaptação. Eles afirmaram acreditar que o fato de João já estar com mais de dois anos na época teria permitido maior compreensão dele acerca da adoção. O casal demonstrou profunda satisfação com a adoção, verbalizando sentimento de alegria e culpabilização por não ter adotado antes. Em relação a isso, os entrevistados declararam imaginar que a criança tenha vivenciado situações de privação e sofrimento, cobrando-se por não estarem com ele naquela época. Quanto à trajetória vivida com a adoção, ambos os entrevistados afirmaram ter crescido emocionalmente com a experiência e terem realizado novos aprendizados na convivência com João.

Os entrevistados se referiram a alguns *desafios* ainda enfrentados, como o preconceito social e o despreparo de alguns educadores, que ainda solicitam em trabalhos escolares, por exemplo, informações sobre a fase de bebê dos alunos. Em relação a esses desafios atuais, Adriana e Luciano se reportam ao grupo de apoio à adoção do qual participam como fonte de auxílio e de esclarecimento. Assim como os outros casais, trazem como sugestão a possibilidade de trocas de experiências entre pretendentes e pais por adoção visando auxiliar o processo de adaptação das famílias adotivas.

Casal 3: Adriano e Carolina

O casal Adriano e Carolina, agricultores, atualmente casados há 28 anos, inscreveu-se no cadastro de pretendentes à adoção no ano

de 2009, para crianças com idade entre um e sete anos, de qualquer etnia ou sexo, podendo ter problemas de saúde tratáveis e aceitando grupos de irmãos. Cinco meses após a inscrição, adotaram Pedro, com seis anos de idade, em outra comarca do Estado. Antes da adoção, o casal teve um filho, que veio a falecer aos dezoito anos de idade, cerca de cinco anos antes da adoção. Ao decidirem serem pais novamente, o casal descartou a possibilidade de filiação biológica, pois Carolina já havia sofrido um aborto espontâneo e a gestação de seu primeiro filho teria sido de risco.

A aproximação entre a criança e os adotantes foi realizada em dois encontros no programa de acolhimento. Houve acompanhamento do estágio de convivência, realizado por psicóloga e assistente social. A adoção ocorreu há três anos e meio.

O casal ressaltou, como principais *desafios* encontrados no decorrer do processo de adaptação, a necessidade de modificar suas rotinas, incluindo tarefas relacionadas à criança. O casal citou o fato de serem sozinhos, atendendo às suas próprias necessidades e, a partir da adoção, necessitarem atender às necessidades e aos interesses de Pedro. Um exemplo colocado pelo casal foi o momento de realizar as tarefas escolares, algo que, naquele momento, não fazia parte de seu cotidiano. Os adotantes relataram, também, a existência de dificuldades transitórias da criança em acompanhar o ensino escolar. Em relação a esse ponto, referem terem sido auxiliados pelos profissionais da escola.

Os hábitos alimentares diferenciados também foram abordados pelos entrevistados, com exemplos de alimentos habituais em seu cardápio e que teriam sido, inicialmente, rejeitados pela criança. A necessidade de impor limites também foi relatada, pois o casal afirmou que Pedro era habituado a sair para passear por conta própria e em qualquer horário, sem solicitar autorização para isso. Os entrevistados necessitaram de algum tempo para demonstrar ao filho que haveria regras que precisariam ser respeitadas.

No decorrer das falas de Adriano e Carolina, foi observado que, em momento algum, a criança foi responsabilizada pelos desafios encontrados. Ao contrário disso, foram relatadas como naturais da fase de adaptação e, algumas delas, como características comuns nas crianças em geral. Acredita-se que o fato de o casal já ter tido um filho antes da adoção possa ter sido um *fator facilitador* dessa compreen-

são, pois se verificou conhecimento acerca das características da criança nessa fase do desenvolvimento, além de certa familiaridade com as atividades infantis. O casal demonstrou, assim, disponibilidade para agir de modo ativo no processo de adaptação, sem esperar que a criança, por si só, se acomodasse ao ritmo familiar. Por outro lado, o sucesso da adoção também foi creditado pelo casal à criança, com afirmações de que suas atitudes teriam facilitado o processo. É interessante perceber que o fato de Pedro já ter seis anos no momento da adoção foi citado pelo casal como um fator que teria facilitado a adaptação, por permitir inserir a criança mais facilmente em alguns aspectos da vida em família, como as atividades sociais vivenciadas.

Observou-se a presença de baixo nível de exigências e cobranças em relação ao comportamento da criança nos relatos do casal, sem expectativas exageradas em relação ao seu perfil. Percebe-se que essa abertura do casal propiciou uma adaptação mais tranquila e sem tantas dificuldades.

Outro ponto importante é o estilo de vida dessa família, que reside na área rural, trabalhando na agricultura e em uma comunidade na qual o contato com os vizinhos é bastante próximo. A ausência de horários rígidos de trabalho, com a possibilidade de Carolina permanecer mais tempo com o filho, bem como o apoio recebido do meio social podem ter auxiliado na adaptação da família, mesmo não sendo fatores perceptíveis aos olhares dos entrevistados.

Um ponto característico da adaptação desse grupo familiar foi a existência de certa dificuldade de vinculação afetiva da criança com o pai adotivo, com demonstrações de sentimentos de insegurança e medo em relação a essa figura. Mais uma vez, o casal se referiu com naturalidade a essa característica, justificando-a com o fato de que a criança teria sofrido agressões do genitor e demonstrando disponibilidade para compreender tal situação, adquirindo confiança gradual por parte de Pedro. Assim, o que se observa é que, apesar de atribuir o sucesso da adoção às características da criança, foram primordialmente os adotantes que permitiram a construção de uma vinculação adequada e segura, por meio da necessária aceitação da criança como um todo e da disponibilidade para superar os desafios encontrados nessa trajetória. O casal acrescentou como *sugestão* para aqueles que estão se preparando para adotar a troca de experiências com pessoas que já são pais por adoção.

Análise e discussão integrativa dos casos

Com os relatos coletados nas entrevistas, foi possível observar alguns aspectos semelhantes, bem como peculiaridades na história de cada uma dessas famílias. Observou-se, inicialmente, que os casais relataram *modificações na rotina de vida* à qual estavam habituados, deparando-se com a necessidade de flexibilizar suas próprias necessidades em prol das crianças. Importa salientar que todos os casais, no momento da adoção, não tinham filhos. Foram relatadas alterações como *diminuição na carga horária de trabalho* (casal 1: “Ficava um em casa com ele e o outro vinha trabalhar” e casal 2: “Eu nem trabalhei mais um ano de manhã, fiquei praticamente com ele”), necessidade de acompanhar tarefas escolares (casal 3: “Tinha as tarefas da escola para ajudar a fazer”) e até mesmo a *modificação geral do ambiente doméstico* (casal 1: “Mudou totalmente o ambiente. Aí a rotina mudou toda.” e casal 3: “fomos precisando nos acostumar com ele em casa”). Foram citadas, também, a *necessidade de comprar itens para a criança* (casal 2: “a gente se preparou para ir comprar mamadeira, roupa, calçados, brinquedos, tudo”), anseios relacionados ao seu estado de saúde e preocupação com seu bem-estar (casal 2: “a gente não sabia se ele tinha alguma coisa hereditária ou não”).

Todos os entrevistados, de alguma forma, relataram *modificações importantes no estilo de vida familiar após a chegada da criança*. Essas mudanças, com a chegada de um novo membro na família, seja pela adoção ou não, são comuns e necessárias, pois propiciam transições no ambiente e nos papéis desempenhados. No entanto, como destaca Vargas (2006), na adoção, a transição para a parentalidade ocorre mais abruptamente do que na filiação biológica, por não haver um envolvimento gradual dos pais com seus novos papéis. Ressalta-se que, nos casos de adoção tardia, o tempo de espera é usualmente bastante curto, pois há poucos pretendentes inscritos para esse perfil e um número elevado de crianças. Nos casos estudados nesta pesquisa, apenas o casal 1 vivenciou tempo de espera maior (um ano). Assim, as mudanças na rotina da família, presentes também com o nascimento de um bebê, são sentidas de modo mais intenso nas situações de adoção tardia, como exemplificado nas falas dos entrevistados.

Observa-se que, no decorrer da adaptação das famílias entrevistadas foram vivenciados

alguns *desafios* nesse processo vinculados às características da criança. Entre eles, foram citados *dificuldades no aprendizado escolar* (casal 3: “Ele tinha um pouco de dificuldade na escola”), *dificuldade para aceitar os hábitos da família* (casal 3: “queria comer só besteira, coisinhas assim”), *atitudes de desafio em relação a regras e limites estabelecidos* (casal 3: “ele gostava bastante de sair, queria sair todo dia com outras crianças, ficar em volta, por aí, ou ir na casa de um cada dia”), *manifestações de raiva* (casal 3: “No início teve umas vezes que ele se revoltava [...] ele estava desenhando e jogou todos os lápis no chão, bravo”), *problemas de saúde* (casal 2: “nós não conseguíamos dormir à noite, porque ele ficava ruim [...] E era um sofrimento para todo mundo”) e *preconceito social* (casal 2: “Eu já ouvi muito papo assim “Ah, vai criar filho dos outros”).

Schettini Filho (2006), ao discorrer acerca da construção dos vínculos de afeto no decorrer do estágio de convivência, ressalta que a vinculação afetiva na adoção é um processo, que, como qualquer relacionamento humano, exige tempo para oferecer segurança à criança, de um lado, e para aceitar, perceber e sentir a criança como filho, para os pais. Nesse momento, a situação de ‘como se fosse meu filho’ é substituída pelo ‘sendo’, constituindo-se no que o autor denomina relação unívoca, da mesma forma que a expressão “família substituta” vai se diluindo, permanecendo simplesmente como família. Nesse processo, situações de aceitação e rejeição são normais. Assim, as cenas descritas pelos casais, como manifestações de raiva, desafios às regras, regressão e oposição aos hábitos familiares, são consideradas comuns nos períodos iniciais de formação da nova família (Costa e Rossetti-Ferreira, 2007; Sasson e Suzuki, 2012; Weber, 2004).

A presença de preconceitos sociais também aparece no relato dos casais. A supervalorização dos laços sanguíneos intensifica as tensões já existentes nesse período, tendo suas origens em mitos ainda muito arraigados na sociedade em geral, como os de que uma criança adotada com mais idade não aceitaria as regras estabelecidas pela família adotante, de que poderiam trazer maus hábitos adquiridos nas instituições de acolhimento ou de que as crianças adotadas tardiamente apresentam maior probabilidade de problemas e fracassos (Schettini *et al.*, 2006; Vargas, 2006). É interessante observar que a maior parte das situações desafiadoras foram relatadas pelo casal 3, o que talvez possa ter relação com o fato de o menino já es-

tar com seis anos na época da adoção, ao passo que as outras crianças estavam com três anos. Por outro lado, situações de preconceito social não foram referidas por esse casal, o que pode estar relacionado ao contexto no qual estão inseridos, com menor exigência de padrões pré-estabelecidos, já que o casal reside em uma comunidade rural. Assim, variáveis pessoais da criança e do contexto devem ser analisadas de forma idiossincrática, como facilitadoras ou dificultadoras da adoção tardia.

Quando questionados sobre as formas pelas quais lidaram com os desafios apresentados, os adotantes foram unânimes em responder que utilizaram de diálogo recorrente com os filhos. Além disso, declararam que a própria convivência foi permitindo desenvolvimento de maior confiança pela criança (casal 3: “aos poucos, a gente foi colocando, foi falando para ele experimentar uma coisa e outra”). Observou-se a predominância do estilo parental autorizante entre os entrevistados, caracterizando-se por altos níveis de exigência mesclados por uma atitude responsiva. A predominância do estilo autorizante utilizado pelos entrevistados vai ao encontro do apontado na literatura, como na pesquisa realizada com pais adotivos na qual Reppold (2001) verificou altos índices de estilo parental autorizante, o que a autora relaciona com o investimento afetivo iniciado na fase de pré-adoção e à reflexão efetuada durante o período de habilitação.

Além do diálogo, foram relatados pelos casais, como *fatores facilitadores* na superação dos desafios, o próprio *comportamento da criança* (casal 2: “Às vezes a gente estava meio sério ele já fazia uma brincadeira”); a *inserção imediata nas atividades sociais da família* (casal 2: “No primeiro final de semana que ele estava aqui já fomos numa festa, já a comunidade inteira conheceu ele”) e o *respeito às características do adotando e sua história de vida* (casal 2: “Eu falei “João, fica à vontade, se quiser torcer para o Inter, torce, não tem problema, não tem motivo, o pai é do Grêmio, mas você escolhe o time”). Verifica-se que atitudes dos adotantes, envolvendo manifestações de afeto com aceitação e o modo de lidar com a adoção foram fundamentais.

A abertura e a acolhida dos adotantes são, como exposto na literatura (Otuka *et al.*, 2013; Reppold e Hutz, 2003; Sasson e Suzuki, 2012; Schettini Filho, 2006), variáveis muito importantes nesse processo, lidando com as imperfeições e os desconfortos das crianças, ao mesmo tempo em que respeitam o seu passado.

Essa postura *afetiva dos adotantes* (casal 3: “os casais que adotam têm que ter amor e carinho”) e de *naturalidade em relação à adoção* (casal 2: “não tentamos fazer disso um bicho-papão, né. A gente sempre levou de forma natural) foram marcantes nos casais pesquisados.

A interação de pessoas de fora daquele núcleo também apareceu como importante rede de apoio, de modo que as atitudes de aceitação e integração se sobrepuseram às situações de preconceito social nas falas dos entrevistados. Os entrevistados se referiram a familiares, amigos, vizinhos, professores da criança, equipe técnica forense e grupo de apoio à adoção como fontes de *apoio externo* que auxiliaram as famílias a superar os desafios relatados (casal 2: “No começo, assim, que a gente adotou o João, vinha gente quase todo dia lá em casa”). O suporte à família adotiva seria semelhante ao requerido por uma puérpera em relação aos parentes próximos (Vargas, 2006), tornando-se um importante fator de proteção da saúde familiar nesse período.

Um dado surpreendente é que o casal que referiu a atuação da equipe técnica foi justamente aquele que não passou por acompanhamento do estágio de convivência (por se tratar de adoção *intuitu personae*), mas passou por intervenções posteriores, durante a fase de avaliação para concretização da adoção e, atualmente, participa de grupo de apoio à adoção (“depois de conversar com a assistente social, e passar no grupo de adoção, a gente abre a mente, porque, às vezes, a gente fica meio fechada, assim”). Os contatos que esse casal teve com a referida profissional foram no momento da avaliação da guarda, e, posteriormente, em avaliações para a concretização da adoção. Talvez a atribuição de maior peso para essa atuação se deva ao fato de que teriam sido as primeiras orientações técnicas a respeito da adoção, enquanto os demais tiveram esse contato desde o início do processo de habilitação, apresentando menor necessidade de orientações posteriores.

Em relação à vinculação da criança com os adotantes, as experiências foram bastante diferenciadas entre os casais. O casal 1 vivenciou a vinculação de forma simétrica, com ambos os pais. O casal 2 relatou que a criança teria se identificado primeiramente com o pai, demonstrando desconfiança e receio em receber os cuidados maternos (“ele não ficava comigo, eu era bicho-papão para ele”). Já o casal 3 relatou o oposto, pois a criança teria se vinculado rapidamente à mãe, com demonstrações

iniciais de rejeição à figura paterna (“Ele tinha um pouco de receio de mim. Tinha medo”). Ambos os casais se referiram ao que sabiam sobre a família de origem da criança para tentar compreender esse comportamento. O casal 3 relatou que o filho teria vivido, antes do acolhimento, apenas com o genitor, sem a presença materna. No entanto, esse genitor seria uma pessoa agressiva, com histórico de violência contra a criança. Assim, no entendimento do casal, o menino estaria reproduzindo com o pai adotivo as reações de medo e insegurança direcionadas ao genitor.

No caso do casal 2, a criança também convivía apenas com o pai. Não há conhecimento de histórico de violência, tendo a entrega ocorrida de forma espontânea. O casal atribui a dificuldade de vinculação com a mãe o fato de o filho não ter recebido cuidados de mulheres antes da adoção. Observa-se que a possibilidade de os casais conhecerem esses aspectos da história de vida das crianças possibilitou a construção de meios funcionais para lidar com os desafios apresentados. A existência dessas relações anteriores, com frequência, é um fator que gera insegurança para os adotantes, que se questionam sobre a capacidade deles e da criança em desenvolverem afeto mútuo. Para que a adoção seja bem sucedida, os adotantes precisam compreender a impossibilidade de apagar a história pregressa da criança e permitir a ela que expresse seus sentimentos de perda, raiva, tristeza ou outros que possam estar presentes (Weber, 2004). Esse aspecto também é ressaltado por Costa e Rossetti-Ferreira (2007), que enfatizam que os pais adotivos precisam oportunizar com a criança o diálogo sobre o seu passado, para auxiliá-la a construir narrativas sobre sua história, sem se sentir traída pelos pais biológicos ou adotivos. Um dado interessante foi a facilidade com que o casal 2 lidou com a adoção, pois não receberam nenhuma orientação prévia, nem foram submetidos a processo de habilitação. Tal dado sugere que, além de todos esses fatores já conhecidos como importantes para o sucesso da adoção, podem existir outros, ainda não bem pesquisados e delimitados.

Todos os casais expressaram que, no seu ponto de vista, seria vantajoso adotar crianças com idade superior a dois anos, apesar de este aspecto não constar de modo explícito no roteiro de entrevista utilizado. Como principal vantagem apontada está a capacidade da criança em compreender a adoção e participar de modo ativo no processo de adaptação (casal 2:

“ele já sabia, sabe, ele já, com dois anos já tem noção, já sabe das coisas”). Foi enfatizado por alguns entrevistados o fato de a adoção tardia prescindir da “revelação” sobre a adoção em si. No entanto, cabe ressaltar que o fato de a criança já saber que é adotada não significa que jamais ocorrerão questionamentos sobre sua história anterior à inserção na família, devendo os pais estar preparados para lidar com essa situação, valorizando, na medida adequada, essa história. A facilidade para inserir a criança em sua vida social também foi citada, como um ponto positivo em se adotar criança nessa faixa etária (casal 3: “se a gente saía e já dava para ele ir junto, porque era maiorzinho”).

Observou-se que, na literatura referente à adoção tardia são apontados os desafios próprios do processo de adaptação, considerando-a como mais “difícil” ou “desafiadora” em relação à adoção de crianças menores (Otuka *et al.*, 2013; Sasson e Suzuki, 2012). Todavia, o discurso dos entrevistados mostra outra face da adoção tardia, sendo percebidos não somente os desafios, mas também aspectos facilitadores da integração entre a criança, a família e a sociedade ocasionados, justamente, pelo fato de a criança já apresentar idade mais avançada. Pode-se citar o fato de a criança já apresentar certa autonomia, conseguindo acompanhar os pais em muitas das suas atividades, apresentando maior interação e exigindo menos cuidados básicos dos pais como uma das justificativas para a visão positiva dos entrevistados acerca da adoção tardia. Além disso, o conhecimento da criança de sua própria história, com menor possibilidade de construções de fantasias sobre a família de origem também apareceram como fatores que facilitam a integração das novas famílias. A idade e a maturidade da criança, geralmente vistas como obstáculos difíceis de transpor, aqui se apresentaram como facilitadores e propulsores do êxito do processo.

Os entrevistados contribuíram, ainda, com sugestões para auxiliar na adaptação das próximas famílias. A primeira delas foi a realização de trabalhos visando a conscientização da sociedade como um todo e, em especial, dos profissionais atuantes na área da educação, em relação a aspectos da adoção. Essa sugestão, proferida pelo casal 2, deveu-se à presença de algumas dificuldades relacionadas à forma como o tema família é abordado na escola onde a criança estuda, privilegiando os vínculos sanguíneos (“Vem trabalhinho da escola de levar fotos de quando

nasceu e de outras etapas”). Tal dificuldade é observada também, na prática profissional, pois é comum os adotantes ficarem sem saber como agir diante de situações nas quais a escola aborda a filiação biológica, deixando de lado a adotiva. Essa situação evidencia a presença de dificuldades das escolas diante da diversidade familiar atual e na relação família-escola.

A segunda sugestão, verbalizada por todos os casais, foi a criação de espaços para trocas entre pessoas que já adotaram e outros que ainda são pretendentes à adoção (casal 2: “poderia ter contato das famílias que querem adotar com quem adotou, para conversar, tirar dúvidas, medo” e casal 3: “Daria também para chamar os casais que têm dúvida sobre isso, ou que têm dificuldades e conversar com quem já passou”). Nesse sentido, os grupos de apoio à adoção, presentes em vinte e três comarcas do Estado de Santa Catarina, têm como uma de suas funções reunir pais adotivos, profissionais e simpatizantes em torno da ideia de adoção (Angaad, 2012), possibilitando a troca de experiências e apoio aos que estão iniciando a construção de uma família. Expandir essa experiência em nível nacional seria fundamental.

Ao falar sobre suas histórias de adoção, os entrevistados descrevem sentimentos atuais de satisfação e felicidade, referindo medo do insucesso nas fases iniciais e arrependimento por não ter buscado a adoção mais cedo. Ressalta-se que o sentimento de medo foi verbalizado como mais intenso no casal 2, associado ao fato de que a adoção, inicialmente, não cumpriu os requisitos legais. Assim, a possibilidade de que, a qualquer momento, a criança fosse retirada do casal, antes da concretização jurídica da adoção era fator gerador de insegurança e temor (“a gente ficava com medo, que fossem tomar ele de nós”). Apesar disso, o sentimento geral é de bem-estar e realização com as adoções realizadas.

Considerações finais

Observou-se que a adoção tardia traz consigo alguns desafios comuns às adoções e até mesmo à filiação biológica, como a necessidade de efetuar modificações na rotina familiar. Por outro lado, traz consigo peculiaridades, como a necessidade de lidar com a história pregressa da criança e os possíveis comportamentos desafiadores durante a fase de adaptação. No entanto, algo que ficou muito claro na pesquisa realizada é a percepção dos entrevistados de aspectos muito vantajosos da adoção de crianças

maiores, se comparada com a de bebês, principalmente pelo fato de não apresentarem total dependência dos pais, conseguindo interagir com eles de modo mais efetivo, o que se reflete positivamente no processo de adaptação. Verificou-se que os casais entrevistados, desde o processo de habilitação, demonstraram disponibilidade em aceitar uma criança com características diferenciadas dos perfis escolhidos pela maior parte dos pretendentes, estando explícita a possibilidade de acolher crianças de diferentes idades, etnias, sexos e até mesmo condições de saúde. Assim, a abertura dos pretendentes para acolher crianças reais, com suas histórias de vida e características próprias foi fundamental para o sucesso dessas adoções. O desejo de exercer a parentalidade parece se sobrepujar a características específicas das crianças, ou seja, os casais querem vivenciar a maternidade e a paternidade acima de tudo.

Identificou-se, a partir da análise dos casos, que os fatores percebidos como maiores facilitadores do sucesso do processo de adaptação e da adoção em si foram o fato de a criança já saber de sua história de adoção e ter consciência do rompimento com a família de origem, facilitando o estabelecimento de uma relação aberta, franca e verdadeira. Destaca-se que, neste estudo, a idade avançada das crianças foi considerada como um fator facilitador do processo de adoção, pois sua postura mais ativa e autônoma possibilitou uma integração mais rápida à rotina familiar. A flexibilidade dos adotantes em relação às peculiaridades da adoção de crianças maiores e o respeito às suas características e singularidades também apareceram como preditores de uma boa adaptação, a partir de abertura, disponibilidade e acolhida com menos expectativas e exigências. Além disso, conseguiram modificar aspectos de sua rotina e alterar prioridades, abrindo espaço, físico e emocional, para o filho.

Os adotantes também demonstram uma capacidade de demonstrar afeto pelos filhos, gerando confiança gradual e um apego mais seguro. A postura de naturalidade em relação à adoção, superando preconceitos e inserindo a criança nas atividades sociais da família, bem como o apoio da família extensa e da rede social, também foram citadas por todos como facilitadores do processo adaptativo nos casos de adoção tardia. Os entrevistados não referiram fatores dificultadores da adaptação em si, apesar dos desafios enfrentados, mas citaram a demora em concretizar a sentença de adoção como fator gerador de ansiedade. É impor-

tante lembrar que nenhum dos casais passou por curso psicossocial preparatório à adoção, o que torna os achados ainda mais relevantes. Destaca-se, também, que, a partir dos dados obtidos, fica evidente que a adaptação entre criança e adotantes depende, sobremaneira, das atitudes destes últimos, e da forma como constroem o espaço da criança naquele grupo, respeitando seu tempo, seu ritmo, sua história e seus sentimentos.

O presente estudo abordou um recorte momentâneo da vida dessas pessoas, mostrando as percepções dos casais após algum tempo de convivência, com a vinculação afetiva já estabelecida. Para entendimentos mais aprofundados dos possíveis desafios encontrados no processo de adaptação próprio da adoção, sugere-se a realização de estudos longitudinais, com o acompanhamento de famílias que realizaram adoção tardia ao longo de anos, podendo observar o desenvolvimento do processo em longo prazo.

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO (ANGAAD). 2012. Disponível em: <http://www.angaad.org.br/index.html>. Acesso em: 30/10/2012.
- BAUER, M.W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. 2002. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: M. BAUER; G. GASKELL, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro, Vozes, p. 39-63.
- BRASIL. 1990. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16/11/2011.
- BRASIL. 2006. Plano Nacional de Promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília, 18 jun. 2006. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>. Acesso em: 12/02/2014.
- BRASIL. 2009. Lei da Adoção. Lei nº 12.010, 03 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 15/11/2011.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). 2014. Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 15/02/2014.
- COSTA, N.R.A.; ROSSETI-FERREIRA, M.C. 2007. Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20:25-434. Disponível em: <http://www.scielo.org>.

- br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000300010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11/10/2011.
- EBRAHIM, S.G. 2001. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14:3-80. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>. Acesso em: 22/02/2014.
- FONSECA, C. 2002. *Caminhos da adoção*. 2ª ed., São Paulo, Cortez, 152 p.
- GASKELL, G. 2002. Entrevistas individuais e grupais. In: M. BAUER; G. GASKELL, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro, Vozes, p. 64-89.
- KIDDER, L. 1987. *Métodos de pesquisas nas relações sociais: medidas na pesquisa social*. São Paulo, EPU, 127 p.
- OTUKA, L.; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTOS, M.A. 2012. Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28:55-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n1/07.pdf>. Acesso em: 25/10/2012.
- OTUKA, L.; SCORSOLINI-COMIN, F; SANTOS, M.A. 2013. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. *Estudos de Psicologia*, 30:89-99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n1/10.pdf>. Acesso em: 15/03/2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>
- PAIVA, L.D. 2004. *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 180 p.
- REPPOLD, C.T. 2001. *Estilo parental percebido e adaptação psicológica de adolescentes adotados*. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3559/000339902.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24/05/2014.
- REPPOLD, C.T.; HUTZ, C. 2003. Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos de Psicologia*, 8:23-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17232.pdf>. Acesso em: 20/09/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004>
- SASSON, M.D.; SUZUKI, V.K. 2012. Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância. *Revista de Psicologia da UNESP*, 11:58-71. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/184/299>. Acesso em 07/03/2014.
- SCHETTINI FILHO, L. 2009. *Pedagogia da adoção: criando e educando filhos adotivos*. Petrópolis, Vozes, 112 p.
- SCHETTINI FILHO, L. 2006. Uma psicologia da adoção. In: L. SCHETTINI FILHO, *Adoção: os vários lados dessa história*. Recife, Bagaço, p. 99-120.
- SCHETTINI, S.S.M.; AMAZONAS, M.C.L.; DIAS, C.M.S. 2006. Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11:285-293. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a06.pdf>. Acesso em: 21/02/2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000200007>
- SEGALIN, A. 2013. Serviço social e viabilização de direitos: a licença/ salário-maternidade nos casos de adoção. *Serviço Social e Sociedade*, 115:581-594. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300010&lng=pt&nrm=iso#_ftnref4. Acesso em: 25/05/2014.
- SÓLON, L.A.G. 2006. *A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção*. Ribeirão Preto, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 211 p.
- STAKE, R. 2000. Case studies. In: R. DENZIN; K. NORMAN (orgs), *Handbook of qualitative research*. Londres, Sage, p. 435-455.
- VARGAS, M.M. 2006. Adoção de crianças maiores. In: L. SCHETTINI FILHO, *Adoção: os vários lados dessa história*. Recife, Bagaço, p. 147-172.
- VARGAS, M.M. 1998. *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 214 p.
- WEBER, L.N.D. 2004. *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba, Juruá, 218 p.

Submetido: 30/03/2014
Aceito: 31/07/2014